

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORGUINHO – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2024

LINK CARD ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, com endereço na Rua Rui Barbosa, 449, bairro centro, no município de Buri/SP, e-mail: juridico@linkbeneficios.com.br, devidamente inscrita no CNPJ/MF 12.039.966/0001-11, Inscrição Estadual nº 229.017.126.114 e Inscrição Municipal nº 03150/10, qualificada por seu procurador “in fine”, vem, respeitosamente a presença de V. S.^a, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela licitante **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, ora Recorrente, nos autos do processo licitatório em epígrafe, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

1. DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Recorrente em exercício de seu direito previsto no art. 165, I da Lei Federal nº 14.133/21, no qual questiona a sua desclassificação.

Na data de 08 de outubro de 2024, realizou-se a sessão do Pregão Presencial 013/2024, cujo objeto é o seguinte:

Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada para implementação, intermediação e administração de sistema de controle de abastecimento de combustíveis e lubrificantes, bem como serviços de manutenções corretivas e preventivas, através de software de gerenciamento via web (internet), por meio de cartão magnético e sistema eletrônico, com o fornecimento de peças, pneus, componentes e acessórios, transporte em suspenso por guincho, para atender a frota de veículos e maquinários pertencentes a esta prefeitura municipal devidamente relacionados, e os que porventura possam ser adquiridos, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

A empresa **CARLETO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA** foi desclassificada após consulta à certificação consolidada de pessoas jurídicas do TCU, devido à apresentação de impedimento de licitar com prazo determinado.

O certame foi conduzido com total transparência, com a participação das empresas listadas na ata. Ele foi realizado em dois lotes simultaneamente: o primeiro, destinado ao gerenciamento de abastecimento, e o segundo, ao gerenciamento de manutenção.

A empresa vencedora de ambos os lotes foi a **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, que apresentou uma taxa administrativa de -6,80% no lote de abastecimento e -25,00% no lote de manutenção.

No entanto, após a abertura do envelope nº 2 e a análise dos documentos de habilitação da CAF, a empresa foi inabilitada. Isso se deu pela apresentação de atestados sem a autenticação requerida no item 3.7 do edital, além da falta da declaração exigida no item 6.2.3, alínea a.5 do edital.



Consequentemente, as empresas que ficaram em segundo lugar nos lotes foram convocadas. A **S H INFORMÁTICA LTDA** foi declarada vencedora do lote 1, enquanto a **VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA** venceu o lote 2.

Inconformada com sua desclassificação, a empresa **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, apresentou o presente Recurso Administrativo, alegando que é excesso de formalismo a sua desclassificação e que esta merece ser habilitada. Contudo, o recurso é totalmente infundado, revelando-se como uma tentativa meramente protelatória, destinada a tumultuar o procedimento licitatório e atrasar a assinatura do contrato.

É a síntese do necessário.

2. DO MÉRITO

Inicialmente, faz-se digna a menção de que a Administração Pública deve pautar seus atos aos princípios administrativos e em razão do princípio da legalidade ao ordenamento jurídico como um todo.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 é a lei maior do nosso ordenamento e dispõe o seguinte em relação à Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...](grifo nosso)

Ainda, há de se destacar que ao lado dos princípios constitucionais, existem outros princípios específicos que devem ser observados na licitação, como por exemplo: o princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da moralidade e etc.

Tais princípios específicos da licitação encontram guarida no art. 5º da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, **da** impessoalidade, **da moralidade**, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (grifo nosso)

Portanto, tem-se que, a Administração deve se orientar a partir do edital, uma vez que está estritamente vinculado ao mesmo. Feita tal introdução, passemos aos fundamentos de forma mais específica.

2.1 DA FALTA DE AUTENCIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA RECORRENTE

A desclassificação da licitante CAF foi medida absolutamente correta e necessária, amparada tanto pelo edital do certame quanto pela legislação aplicável. A recorrente, em sua tentativa de reverter a decisão, baseia-se em alegações frágeis e desprovidas de fundamentação jurídica adequada, na tentativa de atribuir ao processo licitatório um suposto “formalismo exagerado” que, de fato, não se verifica. Vejamos.

Conforme pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, o edital de licitação é a “lei interna” do certame, vinculando tanto a Administração quanto aos licitantes. Trata-se de regra elementar nos processos licitatórios, consagrada pela Lei nº 14.133/2021, que determina que “os licitantes ficam vinculados ao instrumento convocatório”. Ou seja, ao aderir à licitação, a licitante CAF aceitou expressamente todas as disposições nele contidas.

O edital do certame foi claro ao estabelecer, no item 3.7, que:

“Toda documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e/ou documento disponível na internet, no site oficial do órgão emissor, ou certidão virtual emitida pela Junta Comercial do inteiro teor do documento, sendo que somente serão considerados válidos aqueles que estejam em plena validade.”

A recorrente, contudo, falhou em observar essa exigência elementar ao apresentar documentos de habilitação de forma irregular e incompleta, o que motivou sua desclassificação. A apresentação de documentos sem autenticação, ou em desacordo com os termos do edital, impossibilita a comprovação de sua veracidade e fere a segurança jurídica que deve nortear os certames públicos.

Ademais, a recorrente não observou o cumprimento adequado das exigências referentes ao atestado de qualificação técnica, documento essencial à demonstração da capacidade técnica da licitante para execução do objeto contratual. O edital foi inequívoco ao determinar que tais documentos deveriam ser apresentados com a devida autenticação, condição que não foi atendida pela CAF.

O cumprimento das exigências relativas à qualificação técnica visa assegurar que os participantes do certame detenham a expertise necessária para a execução do contrato, conforme os termos previstos na licitação. A inobservância dessas exigências inviabiliza a regular participação da licitante, já que documentos incompletos ou irregulares não atendem à finalidade de demonstrar aptidão técnica.

A CAF, em seu recurso, tenta justificar sua falha sob o argumento de "formalismo exacerbado", insinuando que a Administração Pública estaria se apegando a requisitos meramente formais. Tal alegação não merece prosperar. A exigência de apresentação de documentos autenticados não é um mero capricho da Administração, mas um requisito legal e essencial para garantir a validade e a segurança dos documentos apresentados.

Nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública tem o dever de conduzir seus processos com observância aos princípios da legalidade, isonomia e segurança jurídica. Ao exigir que os documentos sejam autenticados, o edital busca, precisamente, dar cumprimento a esses princípios, impedindo a aceitação de documentos cuja autenticidade não possa ser verificada com segurança.

Além disso, a Administração possui discricionariedade para definir, nos limites da lei, as exigências que melhor atendam ao interesse público. Como bem assinalado na Lei nº 14.133/2021, compete à Administração a prerrogativa de conduzir o processo licitatório, com



o fim de assegurar a contratação mais vantajosa, observando a legalidade e as exigências do edital.

Se a recorrente considerava inadequada a exigência de autenticação dos documentos, deveria ter impugnado o edital no momento oportuno, conforme o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, que prevê o direito de impugnação ao instrumento convocatório por parte dos licitantes. Não tendo feito isso, a licitante aceitou tacitamente todas as disposições contidas no edital e vinculou-se a elas. Ao participar do certame sem questionar os termos do edital, a CAF concordou expressamente com suas exigências, não cabendo, agora, contestar tais disposições após a desclassificação.

Diante do exposto, resta claro que a desclassificação da licitante CAF foi medida correta e devidamente fundamentada, uma vez que a recorrente não atendeu às exigências editalícias, especialmente no tocante à apresentação de documentos autenticados. As alegações de formalismo exagerado não encontram respaldo legal ou factual, uma vez que a Administração Pública agiu dentro de sua discricionariedade, visando assegurar a segurança jurídica e a regularidade do processo.

Portanto, requer-se a manutenção da desclassificação da licitante CAF e o indeferimento de seu recurso, em homenagem aos princípios da vinculação ao edital e da segurança jurídica.

2.2 DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Consoante é determinado no ato convocatório, a empresa que pretende participar do certame deve possuir condições de operacionalizar o contrato, por meio de atestado de capacidade técnica que evidencie o exercício das múltiplas atividades que lhe são inerentes na relação contratual.

Vale realçar que isso só se torna possível se a empresa já tiver prestado serviços com as mesmas características, quantidades e prazos que compõem o objeto do certame. Esta é a expressa determinação da Lei Geral de Licitações e Contratos da Administração Pública, conforme se vê a seguir.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Ademais, o instrumento convocatório ressalta a obrigatoriedade de equivalência dos atestados com o objeto licitado, conforme item 11.6.1.

6.2.4 – Qualificação técnica

6.2.4.1 **Certidões ou Atestado de capacidade Técnica** que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota, para abastecimento de veículos, com fornecimento de combustíveis e manutenção com substituição de peças e pneus, em frotas de veículos contendo pelo menos 10 veículos ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

a) Poderá ser admitida a apresentação de atestados de qualificação técnica, cuja soma de veículos, totalize o mínimo exigido no item anterior.

b) A apresentação de atestado (s) de qualificação técnica visa atender o interesse público, na medida em que o futuro contratado deterá aptidão suficiente para bem desempenhar o objeto colimado, assegurando que todos os compromissos se cumprirão, principalmente, os relacionados a encargos tributários e trabalhistas, evitando que qualquer ônus proveniente da má gestão da empresa seja repassado ao Município de Corguinho/MS.

Posto isto, é importante dizer sobre os atestados apresentados pela CAF GESTÃO. Veja uns documentos apresentados pela licitante:

DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DECLARAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa CAF GESTAO EMPRESARIAL LTDA, com sede na rua Professor João de Lima Paes, Nº 1585, bairro Centro, CEP 79750-000, na cidade de Nova Andradina, Estado Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.740.226/0001-60, possui contrato em vigência com a SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Severínia - SP, CNPJ nº 01.819.471/0001-99, sediada na rua PÇ Antônio Augusto Almodóvar Fortes, S/N, Centro, CEP 14.735-000, em Severínia - SP, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frotas **Abastecimento de Veículos** por Meio de Sistema Informatizado e Cartão Eletrônico, e que até o momento não há fatos que desabonem sua conduta, cumprindo com as obrigações contratuais.

Informamos ainda que o Contrato nº 015/2024, com assinatura na data **07 de junho de 2024** e vigência de 12 (doze) meses.

Nova Andradina, 11 de julho de 2024.

SUPERINTENDENTE
DAIANE COGHI



Daiane Coghi
Superintendente

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Severínia - SP
CNPJ 01.819.471/0001-99
E-mail: saae@severinia.sp.gov.br

A licitante CAF GESTÃO teve a ousadia de apresentar uma **declaração** emitida pelo SAAE para serviços de gerenciamento de **abastecimento**, enquanto o objeto do certame é claramente gerenciamento de **manutenção**. O contrato mencionado foi assinado em **07/06/2024**, e a **declaração foi emitida em 11/07/2024**, ou seja, apenas poucos dias após o início do contrato. Evidentemente, esse documento não serve para comprovar qualquer experiência técnica relevante.

Importa salientar que tal declaração não constitui um atestado de capacidade técnica, que é o documento necessário para demonstrar a experiência da licitante conforme as exigências do edital. A tentativa de apresentar um documento tão recente e irrelevante para o objeto da licitação demonstra, no mínimo, uma falta de seriedade e respeito para com o processo licitatório. **O serviço de abastecimento mencionado na declaração não tem qualquer relação com o gerenciamento de manutenção, que é o foco deste certame.**

Assim, a Administração Pública não pode, e nem deve, considerar tal declaração como prova de qualificação técnica. A apresentação desse documento, além de ser inadequada,

parece uma tentativa de desviar o foco das exigências reais do edital. Esse tipo de comportamento subverte os princípios da legalidade e da moralidade que regem a administração pública.

Desta forma, vale dizer ainda, que mesmo que a documentação apresentada fosse um atestado de capacidade técnica, ela ainda seria inadequada.

Visto, que compreende-se como razoável que a emissão de atestados ocorra após um ano da execução contratual, permitindo um período mais substancial para aferir a consistência e a qualidade do desempenho da empresa.

O Tribunal de Contas da União (TCU) respalda o posicionamento apresentado pela peticionante, conforme evidenciado no trecho a seguir:

Idoneidade dos atestados

131. Por fim, é razoável que a Administração adote cautelas quando do exame de toda a documentação apresentada. Para ilustrar, podem-se citar dois exemplos rotineiros, o primeiro deles diz respeito à apresentação de atestados técnicos muito antigos provenientes de pessoas jurídicas de direito privado, inclusive já extintas, ou não localizadas nos endereços de origem; e o outro à apresentação de atestados expedidos antes de decorrido 1(um) ano da contratação do serviço, algumas vezes, transcorrido prazo inferior a 1 mês, o que de forma alguma permite certificar que a empresa presta serviço de qualidade.

132. Dessa forma, é prudente consignar no instrumento convocatório algumas restrições à apresentação de atestados, tais como: obrigatoriedade de o licitante disponibilizar **todas as informações necessárias à comprovação da licitude dos documentos apresentados; exigência de terem sido expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução**, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, somente aceito mediante a apresentação do contrato. É relevante, ademais, que, caso o responsável pela emissão do atestado não mais exista, o contratado apresente outros documentos, como, por exemplo, o contrato que deu suporte ao atestado, capazes de dar suporte à nova contratação.

133. Sendo assim, o Grupo de Estudos compreende que, relativamente à qualificação técnico operacional, é prudente que a Administração realize as seguintes exigências às licitantes: a) que comprove que possui ou se compromete a montar matriz, filial ou escritório em local previamente definido no edital, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato; b) que demonstre que possui aptidão em gerir pessoal, mediante a comprovação de que administra um mínimo de 20 (vinte) postos de trabalho, pouco importando as dimensões dos serviços, até o limite de quarenta postos. Após esse limite, a exigência será de 50% do total de postos de trabalho necessários à contratação requerida; c) que apresente atestados de que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de

objeto semelhante ao da contratação; d) que disponibilize todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados; e) **que somente apresente atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;** (GRUPO II – CLASSE VII – Plenário TC 006.156/2011-8)

Seguindo a mesma perspectiva, é importante ressaltar que a Orientação Normativa nº 6 de 2018, emitida pelo Diretor de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, aborda essa questão. No artigo 3º dessa orientação, são delineadas disposições pertinentes ao tema, reforçando a importância de considerar o contexto temporal apropriado para a emissão de atestados de capacidade técnica. Esta normativa, ao estabelecer diretrizes específicas, reforça a relevância da avaliação temporal na documentação técnica, alinhando-se com as preocupações levantadas pela LINK CARD.

Art. 3º São requisitos para a emissão do Atestado de Capacidade Técnica:

I- a apresentação do pedido ao Fiscal do Contrato ou ao Gestor responsável pelo Contrato, formalizado em documento oficial da empresa interessada, assinado pelo representante legal, no qual constarão a indicação da razão social, do CNPJ e do número do instrumento do Contrato;

II- a conclusão do Contrato ou o transcurso de, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme previsto no item 10.8, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017;

III- encaminhamento do pedido, pelo Fiscal do Contrato, à Coordenação de Gestão de Contratos - CGCON, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, contemplando ainda as seguintes informações:

(...)

e) a descrição do objeto do Contrato;

f) o prazo contratual, discriminado o período de sua vigência.

Ou seja, mesmo que o documento fosse, um atestado de capacidade técnica, este não poderia ser considerado, pelos motivos já expostos (i) objeto divergente com o da presente licitação, (ii) documento emitido com apenas dias depois da assinatura do contrato, ou seja, sem a execução.

Ante o exposto, passamos a analisar o atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa PARTICULAR, TRANSPILOTO.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa TRANSPILOTO CARGAS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 32.770.900/0001-04, sediada na rua Redentor, nº 1746, Centro, CEP 79.750-000, em Nova Andradina – MS, ATESTA para os devidos fins de direito, que a empresa CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, com sede na rua Professor João de Lima Paes, Nº 1585, bairro Centro, CEP 79750-000, na cidade de Nova Andradina, Estado Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.740.226/0001-60, possui contrato em vigência conosco, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frotas por meio de fornecimento de sistema informatizado.

Atestamos ainda que não há fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação com presteza, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos e serviços realizadas até a presente data.

Dados do Contrato:

Objeto Contrato	Período de Prestação do Serviço	Valor do Contrato
Prestação de serviços de gerenciamento de Frotas por meio de sistema informatizado, incluindo serviços de manutenção, fornecimento de peças e acessórios, abastecimento, monitoramento e telemetria e demais serviços necessários a completa gestão de frotas.	15/08/2023 A 15/08/2024	R\$ 850.000,00

Nova Andradina, 01 de julho de 2023.

Primeiramente, o fato de que o atestado foi emitido pela TRANSPILOTO, uma empresa localizada na mesma cidade da CAF GESTÃO, Nova Andradina. A coincidência geográfica, combinada com o fato de que o atestado apresenta um valor de contrato que supera amplamente o capital social da CAF, levanta sérios indícios de fraude. É alarmante que uma empresa com capital social tão modesto possa ter contratos de valor tão elevado com empresas da mesma cidade, o que pode indicar uma prática comum de emissão de atestados fraudulentos entre empresas locais para favorecer determinadas licitantes.

A possibilidade de fraude é ainda mais acentuada pelo fato de que o contrato apresentado é de uma empresa particular. A falta de transparência e a coincidência de locais entre a CAF e a TRANSPILOTO, aliadas às discrepâncias financeiras, criam um cenário de suspeita que não pode ser ignorado.

Além disso, verifica-se que os atestados apresentados pela licitante CAF não alcançam, nem de forma aproximada, o valor de R\$ 6.941.237,64, exigido para comprovação de qualificação técnica. Mesmo somando todos os documentos fornecidos, o montante apresentado é insuficiente para atender a esse requisito. Ademais, os referidos atestados, além de não estarem devidamente autenticados, incluem documentos de empresas particulares sem qualquer comprovação robusta da real execução contratual, o que torna ainda mais questionável

sua validade. Esses valores, por sua vez, são insignificantes quando comparados ao montante exigido para o contrato, reforçando a impropriedade da habilitação.

Vale analisar ainda o terceiro atestado apresentado pela licitante.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa CAF GESTAO EMPRESARIAL LTDA, com sede na rua Professor João de Lima Paes, Nº 1585, bairro Centro, CEP 79750-000, na cidade de Nova Andradina, Estado Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.740.226/0001-60, possui contrato em vigência com a SHARK COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 45.025.006/0001-51, sediada na rua Johan Gill nº 1060, bairro Guiomar Soares, CEP 79.750-000, em Nova Andradina – MS, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frotas por meio de fornecimento de sistema informatizado. Atestamos ainda que não há fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação com presteza, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos e serviços realizadas até a presente data.

Objeto Contratado:

Objeto Contrato	Período de Prestação do Serviço	Valor do Contrato
Prestação de serviços de gerenciamento de Frotas por meio de sistema informatizado, incluindo serviços de manutenção, fornecimento de peças e acessórios, abastecimento, monitoramento e telemetria e demais serviços necessários a completa gestão de frotas.	10/08/2023 até 10/08/2024	R\$ 70.000,00

Nova Andradina, 02 de julho de 2024.

O terceiro atestado apresentado pela licitante CAF GESTÃO, emitido pela empresa SHARK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, não pode ser considerado válido para a presente licitação. Ao analisarmos o valor contratual indicado, verifica-se que se trata de um contrato de apenas R\$ 70.000,00, valor significativamente inferior ao exigido no edital e que, portanto, não atende ao requisito de qualificação técnica. Esse documento, além de ser irrelevante para a comprovação da capacidade técnica, não pode sequer ser levado em consideração.

Ademais, chama a atenção o fato de que tanto a SHARK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA quanto a CAF GESTÃO estão localizadas na mesma cidade, Nova Andradina, o que levanta suspeitas de fraude. A prática de apresentar atestados para contratos que ainda estão em execução, emitidos por uma empresa recentemente constituída, evidencia

uma tentativa de burlar as exigências editalícias e induzir a Administração Pública a erro. Esses indícios reforçam a impropriedade do documento apresentado e a necessidade de desconsiderá-lo no processo de habilitação.

Vale ressaltar que a presente contratação possui natureza pública, e a licitante em questão demonstra ausência de experiência no ramo público. Essa discrepância entre a natureza dos atestados apresentados e a falta de experiência no contexto público depõe contra a aptidão da empresa para atender aos requisitos específicos e às nuances inerentes a contratos governamentais.

Sendo assim, é fundamental que a Administração Pública mantenha a inabilitação da licitante CAF GESTÃO, considerando a falta de autenticidade e conformidade dos documentos com os requisitos legais e editalícios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021. A lei impõe à Administração o dever de garantir que toda a documentação apresentada seja verídica e atenda rigorosamente às exigências do edital, especialmente no que tange à comprovação da capacidade técnica dos licitantes.

No presente caso, a ausência de comprovação da qualificação técnica, associada aos fortes indícios de fraude, reforça a necessidade de manter a desclassificação da licitante CAF GESTÃO. A preservação da integridade e da legalidade do processo licitatório é essencial, e a Administração Pública não pode se furtar ao dever de assegurar a correta execução dos contratos públicos, protegendo o interesse público e os princípios que norteiam a gestão pública.

Diante do exposto, requer-se a manutenção da inabilitação da CAF GESTÃO, assegurando a lisura do certame e a observância plena das disposições legais e editalícias.

2.3 DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Resta evidente que agiu com total acerto o Sr. Pregoeiro em desclassificar a empresa CAF, em observância do item 3.7 do edital, além da falta da declaração exigida no item 6.2.3, alínea a.5 do edital, de modo que o recurso interposto não pode prosperar.



É pacífico o entendimento que, tanto a Administração quanto os licitantes se obrigam as cláusulas do ato convocatório, conforme dispõe o princípio da vinculação ao edital, devendo, portanto, as partes respeitarem e cumprirem com os critérios previamente estipulados, principalmente a Administração Pública que o expediu.

Dessa forma, o artigo 5º da lei nº 14.133/21, assim dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifo nosso)

Conforme é sabido, a jurisprudência é consolidada no sentido de que a Administração Pública e os licitantes se obrigam a respeitar os termos do ato convocatório, em estrita obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 é a lei maior do nosso ordenamento, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública obedecer aos seus princípios:

Art. 37. **A administração pública direta e indireta** de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:** [...] (Grifo nosso)

Destaca-se que a licitação é um procedimento administrativo, e como tal, deve observância aos princípios administrativos, e uma vez que esses princípios são desrespeitados o procedimento é maculado, e **a existência de vício no procedimento licitatório induz a invalidade dos atos posteriores, inclusive do contrato administrativo.**

Nesse sentido, MARÇAL JUSTEN FILHO:

O vício na licitação acarreta, em princípio, a invalidade de todos os atos posteriores, inclusive do contrato administrativo (se chegou a ser pactuado posteriormente), conforme dispõe o art. 49, § 2º. [...]¹

Não bastando o entendimento da doutrina, a jurisprudência também segue no mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. 1. Trata-se de controvérsia sobre interesse processual na impugnação de incidente (acolhimento de recurso contra a inabilitação de concorrente) após o fim de certame. 2. A Corte Especial do STJ entende que "**a superveniente adjudicação não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois se o certame está eivado de nulidades, estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato**" (AgRg na SS 2.370/PE, Rel. Min. Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 23.9.2011). No mesmo sentido: REsp 1.128.271/AM, Rel. Min; Castro Meira, Segunda Turma, DJe 25.11.2009; e REsp 1.059.501/MG, Rel. Min; Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.9.2009. 3. A decisão recorrida aprecia a matéria de fundo, razão pela qual fica prejudicada a alegação relacionada com o conhecimento do Recurso Especial pela alínea "c". 4. Agravo Regimental não provido. (Processo AgRg no AREsp 141597 / MA - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2012/0019334-9 - Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN (1132) - Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 23/10/2012 - Data da Publicação/Fonte DJe 31/10/2012.) (Grifo nosso)

E ainda o Tribunal de Contas da União entende o seguinte:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE VALES-REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO. LICITAÇÃO JÁ CONCLUÍDA. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES ENSEJADORAS DE RESTRIÇÃO NA COMPETITIVIDADE DO CERTAME. SUSPENSÃO CAUTELAR DAS PROVIDÊNCIAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU, SE JÁ ASSINADO, PARA EXECUÇÃO DA AVENÇA. OITIVA DOS GESTORES. CONCESSÃO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO À EMPRESA ADJUDICADA. Em vista dos indícios de irregularidades em licitação já concluída, determina-se a suspensão cautelar das tratativas para assinatura do contrato, ou se já assinado, para execução da avença e efetua-se a oitiva dos gestores para que apresentem justificativas acerca das questões suscitadas. Acórdão 115/2009 – Plenário. Dou 06/02/2009

Com base em todo o exposto, resta claro que a desclassificação da empresa **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** pelo Sr. Pregoeiro foi devidamente fundamentada e em estrita observância às disposições legais e ao princípio da vinculação ao edital. O ato

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 740.

convocatório, ao estabelecer as condições de participação no certame, exigiu a verificação prévia de impedimentos, o que foi corretamente cumprido pela Administração.

A jurisprudência e a doutrina consolidam o entendimento de que qualquer irregularidade ou descumprimento das exigências editalícias pode macular o procedimento licitatório, levando à nulidade dos atos subsequentes. **Portanto, a manutenção da desclassificação de CAF é medida que se impõe para assegurar a legalidade e a transparência do certame, não havendo fundamento para o acolhimento do recurso interposto.**

Diante disso, conclui-se que o recurso deve ser rejeitado, garantindo-se a prevalência dos princípios que regem a Administração Pública e a integridade do processo licitatório.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, a LINK requer que sejam **recebidas e acatadas as presentes Contrarrazões**, com a **declaração de improcedência do Recurso Administrativo interposto pela Recorrente**.

Outrossim, requer também que seja instaurado processo administrativo sancionatório e posteriormente seja aplicada sanção cabível à empresa CAF, uma vez que manejou Recurso indiscutivelmente protelatório e baseado na má-fé para tumultuar o certame.

Caso não seja possível deferir os pedidos anteriores requer **cópias completas** do processo licitatório para análise do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Termos em que, pede deferimento.

Buri, 17 de outubro de 2024.

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

Lucas Salveti – OAB/SP 368.424





LINK
CARTÃO DE BENEFÍCIOS

www.linkbeneficios.com.br

Rua Rui Barbosa, 449 - Centro
Buri-SP - CEP: 18290-000

(15) 3546-1903

